

Emissão de títulos pagará despesas

■ Governo vai emitir CR\$ 867 bilhões para cobrir salários e aposentadorias este ano

BRASÍLIA — A maior parte dos gastos com o pagamento da folha de pessoal e as despesas da Previdência Social com as aposentadorias até o final deste ano serão custeados com a emissão de CR\$ 867,9 bilhões em títulos da dívida mobiliária interna. Os projetos de lei estão prontos e serão submetidos ao Congresso Nacional até o dia 31 de outubro, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os títulos da dívida este ano serão também complementadas com a emissão de novos títulos do Tesouro, mas até agora os valores definitivos não estão definidos. Sabe-se apenas que apenas o endividamento bancário, excluída a dívida mobiliária, exigirá outros CR\$ 30 bilhões.

O projeto de suplementação dos créditos orçamentários para o pagamento de pessoal e encargos até o final do ano totaliza CR\$ 992,8 bilhões, mas cerca de CR\$ 146,9 bilhões serão custeados com o que a equipe econômica define

como excesso de arrecadação. Este “ganho extraordinário” das receitas, porém, nada mais é do que a correção monetária paga sobre as disponibilidades de caixa do Tesouro junto ao Banco Central. O crédito complementar de CR\$ 820 bilhões para a Previdência prevê o uso do excesso de arrecadação para cobrir CR\$ 662,1 bilhões destes gastos e a emissão de CR\$ 157,9 bilhões em títulos da dívida mobiliária Federal.

Em ambos os casos os recursos solicitados nos créditos suplementares projetam as necessidades de financiamento até o final do ano, além de deixar uma folga de 5% como “reserva” para eventuais saltos inflacionários. A solicitação destes créditos suplementares, porém, não implica necessariamente na emissão imediata do volume global dos títulos previstos. Uma vez aprovados os pedidos no Congresso, os créditos só são efetivamente abertos com a edição de um decreto.